

Valores

As fundações são instituições privadas sem fins lucrativos que visam contribuir para o bem comum, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção de respostas aos desafios concretos das sociedades atuais, designadamente no âmbito social, educativo, científico, cultural ou ambiental. Podem prosseguir esta tarefa subsidiando entidades terceiras e atribuindo bolsas ou desenvolvendo os seus próprios projetos e atividades, em Portugal ou no estrangeiro. As fundações reconhecem a importância de uma intervenção de acordo com as necessidades da sociedade em geral que constituem a medida e o limite das suas atividades. Para este efeito, sublinham o valor da sua independência e autonomia no esforço para a construção de uma sociedade civil plural, justa e responsável, bem como defendem uma utilização eficiente e uma boa administração dos recursos humanos e financeiros disponíveis. As fundações comprometem-se a defender os valores da integridade, da transparência, da autorregulação e da prestação de contas, o que compreende obrigações e responsabilidades relativamente a todos os interessados nas suas atividades, segundo os seguintes princípios fundamentais:

Princípio n.º 1 | Legalidade

As fundações atuam de acordo com a legalidade e em conformidade com os seus estatutos, cumprindo todas as obrigações que lhes sejam impostas pela lei portuguesa e/ou outros instrumentos normativos internacionais legalmente aplicáveis.

Princípio n.º 2 | Governação e códigos de conduta

As fundações têm um órgão de administração autónomo e identificável, cujos membros e respetivo presidente são selecionados e substituídos segundo princípios e procedimentos previamente estabelecidos, podendo ser instituídos outros órgãos de supervisão e acompanhamento.

As fundações devem adotar códigos de conduta para os membros dos seus órgãos de administração que traduzam os mais elevados padrões éticos e que incluam normas para o tratamento das questões resultantes dos conflitos de interesses.

Princípio n.º 3 | Orientações, funcionamento e programas de apoio

As fundações definem um conjunto claro de orientações e procedimentos essenciais às suas atividades, especificando a sua missão, finalidades, objetivos, áreas de atividade e programas associados, de acordo com os respetivos atos constitutivos, procedendo regularmente à sua avaliação e eventual revisão.

Princípio n.º 4 | Administração: gestão e finanças

As fundações promovem uma organização e funcionamento eficientes, assegurando a gestão e a utilização dos seus recursos segundo métodos e procedimentos de investimento prudentes e sustentáveis.

As fundações devem possuir um sistema de contabilidade adequado à sua natureza e dimensão, podendo complementar as obrigações legais com medidas adicionais.

Princípios n.º 5 | Transparência e prestação de contas

As fundações atuam de forma transparente e adotam práticas exigentes de prestação de contas, podendo complementar as obrigações legais com medidas adicionais.

Princípio n.º 6 | Monitorização e avaliação

As fundações organizam a monitorização adequada e a avaliação regular dos resultados das suas atividades e programas, bem como do cumprimento dos princípios de boas práticas.

Princípio n.º 7 | Cooperação e Parcerias

As fundações fomentam a disseminação do seu capital de conhecimento e experiência acumulado, bem como promovem a instituição de parcerias entre si ou com instituições semelhantes e outros grupos de interesse relevantes, com vista a otimizar o impacto dos seus resultados nas respetivas áreas de atividade.

(Aprovados por unanimidade em assembleia geral de 15 de dezembro de 2008.)